

STJ00030462 - V 1



# MANUAL DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL



v. 1

Parte geral

7.<sup>a</sup> edição

revista, atualizada e ampliada

EDITORA   
REVISTA DOS TRIBUNAIS

# SUMÁRIO

PREFÁCIO À 7.ª EDIÇÃO .....	7
-----------------------------	---

## Vol. 1

### I – DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1. Denominação e âmbito .....	17
2. O processo contencioso e o de jurisdição voluntária .....	20
3. Definição de Direito Processual Civil .....	21
4. Princípios informativos e fundamentais do processo civil .....	22
5. Evolução histórica do Direito Processual Civil .....	42
6. Processo civil romano .....	44
7. Período das <i>legis actiones</i> .....	44
8. Período do processo formulário .....	45
9. Período da <i>extraordinaria cognitio</i> .....	46
10. Processo romano-barbárico .....	47
11. O processo comum na Itália .....	48
12. Período dos glosadores .....	49
13. Período dos pós-glosadores .....	49
14. Período da jurisprudência culta .....	50
15. O processo comum na Alemanha .....	50
16. História do processo na Península Ibérica e respectivas implicações no Direito brasileiro – O <i>Forum Juditium (Fuero Juzgo)</i> .....	52
17. As Ordenações – Especialmente as Filipinas .....	53
18. O Brasil e sua legislação depois da Independência .....	53
19. O Regulamento 737 .....	54
20. A República e o processo civil – Os Códigos de Processo Civil Estaduais .....	54
21. A reunificação do processo civil .....	55
21-A. As tendências atuais do processo civil – A socialização do pro- cesso civil – A fase hodierna do processo civil brasileiro .....	61

**II – REVISÃO DOGMÁTICA DO DIREITO  
PROCESSUAL CIVIL – SUA CORRESPONDÊNCIA  
À EVOLUÇÃO DO SISTEMA JURÍDICO**

22.	A reelaboração do Direito no século XIX .....	97
23.	Autonomia do direito da ação .....	99
24.	Moderna classificação das ações .....	99
25.	O processo concebido como contrato ou quase contrato .....	101
26.	O processo como instrumento predominantemente técnico .....	103
27.	As relações entre o Direito Processual Civil e os demais ramos do Direito .....	104
28.	O processo civil e o Direito Penal .....	104
29.	O processo civil e o Direito Constitucional .....	105
30.	O processo civil, o Direito Administrativo e o Direito Tributário .....	111
31.	O processo civil e o Direito Civil .....	112
32.	O processo civil e o Direito Comercial .....	113
33.	O processo civil e o Direito Processual do Trabalho .....	114

**III – AS NORMAS PROCESSUAIS CIVIS**

34.	Norma jurídica .....	117
35.	Normas cogentes e dispositivas .....	122
36.	Norma processual e norma substancial – Natureza da norma processual civil .....	123
37.	Classificação das normas processuais civis .....	125
38.	As fontes da norma processual civil .....	137
39.	Competência para legislar sobre Direito Processual Civil .....	139
40.	Normas processuais na Constituição Federal .....	140
41.	Outras normas constitucionais que versam sobre matéria processual .....	145
42.	Fontes subsidiárias da norma processual civil .....	148
43.	Analogia .....	151
44.	Costume .....	153
45.	Os princípios gerais do Direito .....	154
46.	A jurisprudência e o processo civil .....	155
47.	Da interpretação das leis em geral .....	162
48.	Interpretação da lei processual civil .....	166

#### IV – DA JURISDIÇÃO – O ESTADO DE DIREITO E A FUNÇÃO JURISDICIONAL

49. O Estado de Direito .....	174
50. Sistema de jurisdição .....	178
51. Natureza da função jurisdicional e suas características .....	179
52. Os princípios fundamentais da jurisdição .....	181
53. A independência do Judiciário (da Justiça) .....	185
54. O direito de ação e a amplitude da função jurisdicional em nosso Direito .....	189
55. Inconstitucionalidade de lei – Inconstitucionalidade incidental .	190
56. O controle dos atos administrativos pelo Poder Judiciário .....	205
56-A. A reforma do Poder Judiciário .....	209

#### V – FUNÇÕES E ÓRGÃOS DO PODER JUDICIÁRIO – ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA

57. A jurisdição voluntária .....	218
58. Funções do Poder Judiciário e funções judiciárias .....	224
59. Órgãos não judiciários com funções jurisdicionais .....	225
60. Órgãos judiciários .....	226
61. Regimento dos tribunais .....	231
62. Organização judiciária .....	232
63. Normas disciplinadoras da organização judiciária .....	234
64. Possibilidade de conflito entre as normas de organização judiciária e a lei do processo .....	236
65. Competência funcional nas fases do procedimento e os limites da organização judiciária no primeiro grau de jurisdição .....	237
66. Competência interna dos tribunais .....	239
67. Os limites das normas de organização judiciária, particularmente no segundo grau de jurisdição .....	240
68. Auxiliares da Justiça .....	240
69. Normas sobre organização judiciária no Estado de São Paulo que interessam ao processo civil .....	246

#### VI – DA COMPETÊNCIA

70. Jurisdição e competência .....	253
71. Definição de competência .....	262

72.	A competência no quadro dos pressupostos processuais .....	265
73.	Distinção entre incompetência e impedimento .....	271
74.	A divisão tripartida da competência .....	272
75.	Competência objetiva .....	272
76.	Competência territorial .....	274
77.	Competência funcional .....	275
77-A.	A competência jurisdicional em se tratando de mandado de segurança .....	277
78.	Competência funcional recursal .....	282
79.	Competência funcional nas fases do procedimento .....	282
80.	Competência internacional e interna .....	282
81.	Competência exterior e interior .....	284
82.	Foro competente .....	285
83.	Foro geral .....	285
84.	Foros especiais .....	290
85.	O artigo 95 .....	290
86.	O artigo 96 .....	296
87.	O artigo 97 .....	300
88.	O artigo 98 .....	300
89.	O artigo 99 .....	301
90.	O artigo 100 .....	301
91.	O artigo 101 .....	311
92.	Foro de eleição .....	312
93.	Foro e juízo .....	317
94.	Incompetência relativa .....	319
95.	Incompetência absoluta .....	323
95-A.	A competência no sistema das leis extravagantes .....	326

## VII – A COMPETÊNCIA NA COMARCA DE SÃO PAULO

96.	Competência do foro central e dos foros regionais .....	334
97.	Competência afeta aos foros regionais .....	340
98.	Competência das varas dos Registros Públicos .....	342
99.	Competência das varas da Fazenda Pública na Capital do Estado ...	343

## VIII – A JUSTIÇA FEDERAL

100.	Introdução .....	345
101.	A Justiça Federal e a Constituição .....	346
102.	A Justiça Federal e a sua lei .....	355
103.	A jurisdição da Justiça Federal é absoluta .....	356
104.	Hipóteses de intervenção federal na causa e a competência da Justiça Federal .....	357
105.	As sociedades de economia mista (com participação da União) não se submetem à Justiça Federal .....	358

IX – PREVENÇÃO – *PERPETUATIO IURISDICTIONIS* – CONEXÃO E CONTINÊNCIA

106.	Prevenção .....	360
107.	Conexão de causas .....	365
108.	Continência de causas .....	372
109.	<i>Perpetuatio iurisdictionis</i> .....	373

## X – CONFLITO DE COMPETÊNCIA

110.	Introdução .....	379
111.	O tratamento dado à matéria pelo nosso Código e entre tribunais estaduais .....	380
112.	Procedimento do conflito de competência .....	383

## XI – TEORIA DA AÇÃO

113.	Os conflitos de interesse e as respectivas soluções .....	385
114.	Noção de direito objetivo e de direito subjetivo .....	386
115.	Considerações sobre a ação e o direito subjetivo no prisma judicial .....	389
116.	Nossa posição acerca do direito subjetivo .....	391
117.	Teoria civilista a respeito da ação .....	394
118.	Posição de Adolf Wach .....	395
119.	Posição de Chiovenda .....	397
120.	Observações críticas à teoria civilista, à do direito concreto, à da tutela jurídica e à da ação como direito potestativo .....	400

## XII – A AÇÃO EM NOSSO DIREITO PROCESSUAL CIVIL

121.	Definição de ação .....	406
122.	As condições da ação em nosso Direito positivo .....	408
122-A.	O interesse de agir a partir do Direito Privado e no âmbito do Direito Público .....	417
123.	Particularmente a ação declaratória e seus problemas práticos – Declaratória e violação do direito .....	420
124.	Declaratória e mero fato .....	421
125.	Ação declaratória e reconvenção .....	422
126.	Declaratória e cumulação de ações .....	423
127.	Declaratória, cláusula contratual e outras hipóteses .....	423
128.	Declaratória e falsidade de documento .....	425
129.	A ação declaratória incidental .....	426
130.	O papel do “fato” na teoria da ação .....	431
131.	O conceito de mérito .....	434
132.	O mérito e as condições da ação .....	434
133.	Cumulação de pretensões .....	438
134.	Concorrência de ações .....	445
135.	Objeto litigioso ou lide .....	449
136.	Elementos da ação .....	451
137.	As partes e sua identificação .....	451
138.	O objeto .....	452
139.	Fundamento legal .....	455
140.	Fundamentação jurídica e <i>causa petendi</i> .....	456
141.	A <i>causa petendi</i> nas ações pessoais e nas ações reais .....	457

## XIII – ATO PROCESSUAL

142.	Atos jurídicos e atos processuais .....	461
143.	Classificação dos atos processuais .....	464
144.	Forma dos atos processuais .....	471
145.	As nulidades dos atos processuais .....	472

## XIV – O TEMPO NO PROCESSO

146.	Prazos e preclusão .....	483
147.	Os princípios informativos do processo e os prazos .....	484

148. Os princípios da utilidade, continuidade, peremptoriedade e preclusão .....	486
149. Dos prazos e sua classificação .....	495
150. Da contagem dos prazos .....	499
151. Os prazos mais importantes .....	502
152. Da preclusão .....	503

#### XV – PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS

153. A relação jurídica processual .....	509
154. Pressupostos processuais da existência da relação jurídica processual .....	511
155. Requisitos da validade da relação jurídica processual .....	517
156. Pressupostos processuais negativos .....	522

#### XVI – DO MINISTÉRIO PÚBLICO

157. A moderna função do Ministério Público .....	525
158. Os princípios estruturais do Ministério Público .....	527
159. Os princípios estruturais e os da atuação do Ministério Público ...	527
160. Princípios que presidem a direção e disciplina do Ministério Público .....	528
161. O Ministério Público e o nosso Direito Constitucional .....	530
162. O Ministério Público e sua posição político-jurídica .....	533
163. Da atuação do Ministério Público .....	535

#### XVII – DO ADVOGADO

164. Capacidade postulatória .....	549
165. A função do advogado .....	558
166. Deveres do advogado em face do Código de Processo Civil ...	562
167. Direitos do advogado em face do Código de Processo Civil ...	565

ÍNDICE LEGISLATIVO .....	579
--------------------------	-----

ÍNDICE ONOMÁSTICO .....	601
-------------------------	-----

ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO .....	609
-----------------------------------	-----





STJ000930465 - V. 2



# MANUAL DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL

v. 2

Processo de conhecimento

7.<sup>a</sup> edição  
revista, atualizada e ampliada

EDITORA   
REVISTA DOS TRIBUNAIS

# SUMÁRIO

PREFÁCIO .....	3
----------------	---

## Vol. 2

### I – DOS SUJEITOS DO PROCESSO

1. Introdução .....	17
2. Do juiz .....	17
3. Conceitos de parte e de capacidade processual .....	20
4. Análise do conceito de parte .....	23
5. As regras do Direito Civil no tema da capacidade e o Direito Processual Civil .....	23
6. Conceitos de parte, parte legítima e parte vencedora .....	25
7. Capacidade processual e capacidade de ser parte .....	28
8. Princípios regentes do tema das partes .....	30
9. Representação dos incapazes. Necessidade de integração da capacidade processual .....	32
10. Regime jurídico dos incapazes no Direito Processual Civil .....	35
11. O incapaz sem representante legal .....	36
12. A colisão de interesses do incapaz e do representante (art. 9.º, I) .	37
13. A figura do curador especial .....	40
14. A capacidade processual do marido e da mulher .....	51
15. Forma de ser sanado o vício de incapacidade .....	55

### II – REPRESENTAÇÃO EM JUÍZO DAS PESSOAS JURÍDICAS

16. Noções gerais .....	61
17. A representação da União .....	63
18. A representação dos Estados-federados .....	66
19. A representação dos Municípios .....	67
20. A representação do Distrito Federal .....	68
21. A representação dos Territórios .....	68
22. A representação das pessoas jurídicas de Direito Privado .....	68
23. A representação das paróquias da Igreja Católica .....	72

### III – REPRESENTAÇÃO DOS ENTES DESPERSONALIZADOS

24. Introdução .....	74
25. A representação da massa falida .....	74
26. A representação das heranças jacente e vacante .....	75
27. A representação do espólio .....	76
28. A representação dos condomínios .....	77

### IV – DO LITISCONSÓRCIO

29. Conceito de litisconsórcio .....	80
30. Classificação do litisconsórcio quanto ao momento de sua formação .....	81
31. Classificação do litisconsórcio quanto à obrigatoriedade ou não de sua formação (arts. 46 e 47). Litisconsórcio multitudinário (art. 46, parágrafo único) .....	81
32. Classificação do litisconsórcio quanto à sorte no plano do Direito Material .....	84
33. Classificação do litisconsórcio quanto à posição, subjetiva ativa ou passiva, dos litisconsortes no processo .....	86
34. Litisconsórcio facultativo (noções gerais) .....	86
35. Litisconsórcio facultativo baseado na comunhão de direitos ou de obrigações, tendo em vista a lide (art. 46, I) .....	88
36. Litisconsórcio facultativo baseado na identidade de fundamentos de fato (art. 46, II) .....	90
37. Litisconsórcio facultativo baseado na identidade de fundamentos de direito (art. 46, II) .....	90
38. Litisconsórcio facultativo baseado na conexão de causas (arts. 46, III, e 103) .....	91
39. Litisconsórcio facultativo baseado na afinidade de questões (art. 46, IV) .....	91
40. Litisconsórcio necessário (noções gerais) (art. 47) .....	96
41. Litisconsórcio unitário (noções gerais) (art. 47) .....	101
42. Regime jurídico fundamental e especial do litisconsórcio .....	104
42-A. A figura do litisconsórcio no procedimento sumário e fora do sistema do CPC .....	110

### V – DA ASSISTÊNCIA

43. Noções gerais acerca do instituto da assistência .....	116
44. Influência do processo na esfera jurídica do assistente simples e do assistente litisconsorcial .....	119

45. Aspectos comuns entre a assistência simples e a assistência litisconsorcial .....	123
46. A posição do assistente no processo .....	128
47. A sentença, o assistente simples e o assistente litisconsorcial ....	129
48. A atividade do assistente .....	132
49. Limites à atividade do assistente .....	133
50. Os processos que ensejam a intervenção do assistente .....	135
51. O incidente de admissibilidade do assistente .....	137
51-A. A assistência no procedimento sumário fora do sistema do CPC ..	139

## VI – DA OPOSIÇÃO

52. Colocação no instituto .....	142
53. Pressupostos de admissibilidade da oposição. Implicações da oposição admitida .....	143
54. Processos que admitem e não admitem oposição .....	145
55. Os momentos de oferecimento da oposição e as repercussões no procedimento .....	147
56. O processamento da oposição .....	148
57. A posição dos opostos em relação ao oponente .....	149
58. A autonomia dos opostos .....	150
59. Os pressupostos processuais e as condições da ação na oposição ..	150
60. O indeferimento do pedido de oposição .....	151
61. A sentença da oposição .....	151

## VII – DA NOMEAÇÃO À AUTORIA

62. Noções necessárias à compreensão do instituto .....	154
63. Definição .....	155
64. Legitimação para a nomeação e procedimento .....	156
65. A aceitação ou a recusa do nomeante pelo autor .....	159
66. A aceitação ou a recusa do nomeado .....	159
67. A responsabilidade por perdas e danos .....	160

## VIII – DA DENUNCIÇÃO DA LIDE

68. Noções gerais .....	163
69. A hipótese do art. 70, inc. I .....	170
70. A hipótese do art. 70, inc. II .....	171
71. A hipótese do art. 70, inc. III .....	176
72. O ingresso do denunciado .....	184

73. A posição do litisdenunciado .....	186
74. O comparecimento ou não do denunciado pelo autor .....	190
75. O comparecimento ou não do denunciado pelo réu .....	191
76. As conseqüências da denunciação .....	195
77. A denunciação da lide no procedimento sumário .....	196

## IX – DO CHAMAMENTO AO PROCESSO

78. Finalidade do chamamento ao processo .....	203
79. As hipóteses de chamamento ao processo (art. 77, I) .....	204
80. Art. 77, II .....	206
81. Art. 77, III .....	207
82. Procedimento para o chamamento .....	208
83. Efeitos do chamamento .....	209
84. Hipóteses de não admissibilidade do chamamento .....	210

## X – DA PETIÇÃO INICIAL

85. Ajuizamento, distribuição e registro da petição inicial .....	218
86. Forma da ação, da contestação, da reconvenção e da oposição ...	223
87. Petição inicial e libelo .....	226
88. Conteúdo lógico-jurídico da petição inicial .....	235
89. A forma da petição inicial em nosso Direito .....	235
90. O conteúdo da petição inicial. Declaração de vontade e declaração de ciência nela contidas .....	236
91. Funções preparatórias e definitivas da petição inicial .....	236
92. Do pedido .....	237
93. Deferimento e indeferimento da petição inicial .....	242

## XI – DAS COMUNICAÇÕES DOS ATOS PROCESSUAIS

94. Considerações introdutórias .....	253
95. Da citação .....	255
96. Conceito de citação. Peculiaridades .....	263
97. Dos efeitos da citação .....	266
98. A falta de citação .....	269
99. A nulidade da citação .....	271
100. O comparecimento do interessado .....	273
101. Destruição dos efeitos da citação .....	273
102. Distinção entre propositura da ação e prazo para apresentação da defesa .....	274

103.	A citação é ato judicial .....	274
104.	Como se realiza a citação .....	274
105.	Das intimações .....	277
105-A.	A transmissão de dados nos atos processuais (Lei 9.800/99) ....	287

## XII – DA RESPOSTA DO RÉU

106.	Introdução .....	293
107.	Analogia existente entre o direito de ação e o direito de defesa ..	296
108.	Função processual da contestação .....	298
109.	Contestação e conceito de questão de fato ou de direito .....	299
110.	Contestação e seu conteúdo processual .....	300
111.	Considerações introdutórias acerca das exceções .....	304
112.	As exceções, as preliminares e o princípio da eventualidade .....	306
113.	A exceção de incompetência .....	307
114.	A exceção de suspeição .....	308
115.	A exceção de impedimento .....	308
116.	A distinção entre suspeição e impedimento .....	308
117.	O procedimento da exceção de incompetência .....	310
118.	O procedimento da exceção de suspeição e impedimento .....	311
119.	O problema da não alegação no prazo .....	313
120.	Da reconvenção .....	314
121.	A reconvenção no Direito brasileiro, especialmente .....	316
122.	A autonomia da reconvenção .....	319
123.	A reconvenção e o procedimento sumário .....	321
124.	A ação declaratória incidental, como espécie da resposta do réu ....	322

## XIII – DA REVELIA

125.	Introdução .....	330
126.	A revelia no sistema do Código de Processo Civil e seus aspectos capitais .....	331
127.	Revelia e litisconsórcio .....	337
128.	Revelia e assistência .....	338
129.	Revelia e reconvenção .....	338
130.	Revelia e julgamento antecipado da lide .....	339
131.	A revelia e os procedimentos especiais .....	340
132.	A revelia nos processos cautelar e de execução .....	343
133.	Revelia e incompetência .....	344
134.	Revelia e a citação ficta .....	344

## XIV – DA MODIFICAÇÃO DO LIBELO

135. Introdução .....	348
136. A modificação do libelo e suas implicações no problema de identificação das ações .....	348
137. Os arts. 264 e 294 do CPC. Distinção .....	349
138. Tipo de prestação jurisdicional e modificação da demanda .....	350
139. Mudança dos fatos e mudança do direito .....	351
140. Alteração do pedido e concordância do réu. Momento preclusivo ..	352
141. Emenda do libelo .....	352

## XV – DA SUSPENSÃO DO PROCESSO

142. Idéias gerais .....	356
143. A suspensão necessária do processo .....	356
144. A suspensão facultativa do processo .....	359
145. A suspensão do processo e os atos urgentes .....	360

XVI – DO JULGAMENTO CONFORME  
O ESTADO DO PROCESSO

146. Providências preliminares .....	362
147. Introdução ao julgamento conforme o estado do processo .....	365
148. Da extinção do processo sem julgamento de mérito .....	366
149. O inc. I do art. 267 .....	367
150. O inc. II do art. 267 .....	368
151. O inc. III do art. 267 .....	369
152. O inc. IV do art. 267 .....	371
153. O inc. V do art. 267 .....	371
154. O inc. VI do art. 267 .....	372
155. O inc. VII do art. 267 .....	373
156. O inc. VIII do art. 267 .....	375
157. O inc. IX do art. 267 .....	377
158. O inc. X do art. 267 .....	378
159. O inc. XI do art. 267 .....	378
160. As conseqüências comuns aos diversos casos de encerramento do processo sem julgamento de mérito .....	378
161. O conteúdo do saneamento .....	378
162. O saneamento do processo .....	381
163. Julgamento antecipado da lide .....	383
164. Casuísmo em torno do julgamento conforme o estado do processo ..	384
164-A. Tutela antecipatória .....	387

164-B. Linhas gerais “conjugadas” na evolução do direito material e do direito processual, tendo em vista as obrigações de fazer e de não fazer e a efetividade do processo .....	427
164-C. As dificuldades no <i>efetivo cumprimento/satisfação</i> das obrigações de fazer e de não-fazer .....	432
164-D. Traços fundamentais do art. 461, com a redação dada pela Lei 8.952, de 13.12.1994 .....	434

## XVII – CONCEITO JURÍDICO DA PROVA

165. Generalidades .....	439
166. A prova e o problema da verdade .....	440
167. A prova legal e a limitação do juiz .....	442
168. Noção do conceito de prova .....	443
169. Da prova nas hipóteses de julgamento conforme o estado do processo. Da extinção do processo .....	444
170. Do julgamento antecipado da lide .....	445
171. Rápida referência ao Direito Civil .....	446
172. O art. 141 do CC em confronto com o art. 401 do CPC .....	447
173. A validade de documento entre as partes e terceiros. O documento, sua data e dúvida a respeito .....	448
174. A prova vista sob o prisma dos efeitos que provoca .....	450
175. A atividade probatória e a sentença .....	451

## XVIII – A PROVA E OS PRINCÍPIOS REGENTES DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL

176. A prova e o princípio dispositivo .....	457
177. A prova e o princípio da oralidade .....	459
178. O subprincípio da identidade física do juiz .....	460
179. O subprincípio da concentração dos atos processuais .....	462
180. O subprincípio da imediatidade .....	463
181. O subprincípio da irrecorribilidade em separado ( <i>rectius</i> , por apelação) das interlocutórias .....	463
182. O debate oral .....	465

## XIX – CLASSIFICAÇÃO GERAL DAS PROVAS

183. Classificação das provas .....	468
184. Classificação das provas tendo em vista o sujeito .....	468
185. Classificação das provas tendo em vista o objeto .....	469
186. Classificação das provas tendo em vista a forma .....	473



## XX – ÔNUS DA PROVA

187.	Introdução .....	475
188.	Distinção entre ônus e obrigação .....	476
189.	O ônus perfeito e o ônus imperfeito .....	477
190.	Correlação do ônus da prova com os princípios dispositivo e inquisitório .....	477
191.	A convenção das partes na distribuição do ônus da prova .....	479
192.	A sentença, o raciocínio do juiz e a função do ônus da prova ...	480
193.	Momento do funcionamento do ônus .....	480
194.	Fundamentos da repartição do ônus da prova .....	481
195.	O ônus da prova e a revelia .....	481
196.	A confissão e o ônus da prova .....	482
197.	A falsidade de documento e o ônus da prova .....	482
198.	A alegação de fato modificativo, impeditivo ou extintivo e o ônus da prova .....	483

## XXI – MOMENTOS DA PROVA

199.	Introdução .....	487
200.	Especificamente os momentos da prova .....	487
201.	Procedimentos probatórios especiais .....	489
202.	Os momentos da prova no procedimento sumário .....	490

## XXII – DA PROVA DOCUMENTAL

203.	Generalidades .....	494
204.	Definição de documento .....	495
205.	Os autores intelectual e material do documento .....	495
206.	O conteúdo e a eficácia do documento .....	496
207.	A forma como sendo da substância do documento .....	497
208.	O documento, em regra, é prova pré-constituída .....	500
209.	Classificação dos documentos. Aspectos gerais .....	501
210.	Os documentos e a autenticidade .....	503
211.	O documento e a extensão subjetiva de sua validade .....	504
212.	As autoridades que são autoras materiais dos documentos .....	504
213.	Instrumentos e documentos particulares. Distinção específica ....	504
214.	Documento e sua data .....	505
215.	Validade, autenticidade e nominalidade do documento. Distinção .	505
216.	O valor probante dos documentos .....	506
217.	Da exibição de documento ou coisa. Generalidades .....	509

218.	Espécies da ação de exibição e fundamento jurídico ao direito à exibição .....	511
219.	Das partes e de sua legitimidade .....	511
220.	Os limites da ação de exibição de documento ou coisa .....	512
221.	A recusa fundada de exibição .....	512
222.	Efeitos sobre a parte, tendo em vista a não exibição .....	513
223.	Efeitos sobre terceiros, tendo em vista a não exibição .....	513
224.	Dos recursos .....	514
225.	A produção da prova documental e o procedimento .....	514

### XXIII – DA PROVA TESTEMUNHAL

226.	Esboço teórico a respeito da prova testemunhal .....	521
227.	Testemunha e parte. Distinção .....	522
228.	Testemunha e perito. Distinção .....	522
229.	Do valor da prova testemunhal .....	523
230.	A técnica de inquirição .....	524
231.	O sujeito da prova testemunhal .....	525
232.	Conceito de testemunha .....	526
233.	Da obrigação de testemunhar .....	527
234.	Quem pode ser testemunha .....	528
235.	Obrigações e direitos da testemunha .....	532
236.	Do pedido e da admissibilidade da prova testemunhal .....	533
237.	Procedimento da prova testemunhal .....	535
238.	Local em que devem ser ouvidas as testemunhas .....	541
239.	A substituição de testemunhas .....	541

### XXIV – DO DEPOIMENTO PESSOAL

240.	Idéias gerais – § 1.º Interrogatório livre e depoimento pessoal (propriamente dito). Diversidade de regimes jurídicos .....	544
241.	Definição .....	551
242.	Escusa de depor e aplicação da pena de confesso .....	552
243.	Procedimento do depoimento pessoal – § 1.º Restrições a certos fatos (art. 347) .....	554
244.	Depoimento pessoal e confissão .....	556

### XXV – DA CONFISSÃO

245.	Esboço teórico sobre a confissão .....	559
246.	Conceito de confissão .....	560
247.	Elementos da confissão .....	562

248.	Espécies de confissão .....	565
249.	Efeitos da confissão .....	566
250.	Divisibilidade e indivisibilidade da confissão .....	566
251.	Aspectos principais da confissão em nosso Direito positivo .....	567
252.	Revogação da confissão .....	568

## XXVI – DA PROVA PERICIAL

253.	Conceito de perícia .....	570
254.	Do cabimento da prova pericial .....	571
255.	Momento do pedido da prova pericial .....	574
256.	O juiz e o resultado da perícia .....	575
257.	Perícia. Requisitos e realização .....	577
258.	A perícia e o perito .....	583
259.	O perito e a sua responsabilidade .....	584

## XXVII – DA INSPEÇÃO JUDICIAL

260.	Idéias gerais .....	589
261.	A participação de peritos na inspeção .....	591
262.	A presença das partes na inspeção .....	591
263.	A documentação da inspeção .....	592

## XXVIII – INDÍCIOS E PRESUNÇÕES

264.	Diferença entre prova direta e indireta .....	594
265.	Distinção entre presunção <i>hominis</i> e presunção legal .....	596
266.	Presunção .....	597
267.	Espécies de presunção .....	597
268.	As presunções legais. Aspecto histórico .....	599
269.	As presunções do homem .....	600
270.	Valoração das presunções do homem .....	601
271.	A presunção do homem e a prova contrária .....	602
272.	A prova <i>prima facie</i> .....	602
273.	A prova <i>prima facie</i> e o problema do ônus da prova .....	604

## XXIX – DA AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO

274.	Introdução .....	606
275.	Da conciliação .....	607
276.	Problemas teóricos em torno da audiência .....	612

277. Atos que antecedem a audiência .....	614
278. O adiamento da audiência .....	614
279. Audiência e o problema do cerceamento de defesa .....	615
280. Audiência e o comparecimento do Ministério Público .....	616
281. Audiência e a identidade física do juiz .....	617
282. A audiência de instrução no procedimento sumário .....	619

## XXX – DA SENTENÇA

283. Generalidades sobre sentença .....	627
284. A sentença e as oportunidades em que pode ser proferida .....	630
285. A fundamentação da sentença e as lacunas da lei .....	632
286. Natureza jurídica da sentença .....	636
287. Efeitos da sentença .....	637
288. Sentenças processuais e de mérito .....	638
289. Sentenças classificadas por sua eficácia .....	638
290. Sentença declaratória .....	639
291. Sentença constitutiva .....	641
292. Sentença condenatória .....	644
293. Sentenças mandamentais .....	644
294. Sentenças dispositivas .....	646
295. Sentenças complexas .....	648
296. A sentença: sua intelecção e seus elementos .....	648
297. Relatório .....	650
298. A sentença e a respectiva fundamentação .....	651
299. A essencialidade do conteúdo decisório da sentença .....	653
300. A sentença <i>infra</i> ou <i>citra petita</i> .....	655
301. A sentença <i>extra petita</i> .....	657
302. A sentença <i>ultra petita</i> .....	660
303. A sentença e o julgamento em face de pedido genérico .....	662
304. A sentença enfocada em face dos mais comuns problemas de Direito intertemporal .....	662
ÍNDICE LEGISLATIVO .....	677
ÍNDICE ONOMÁSTICO .....	701
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO .....	709